







16 363 8 51

U ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Ley virem, que sendo informado de que de alguns annos a esta parte se tem introduzido o abuso de se intrometterem no Commercio, que se faz deste Reino para o Estado do Brasil, differentes pessoas ignorantes do mesmo Commercio, e destituidas dos meios necessarios para o cultivarem, as quaes não tendo, nem intelligencia para traficar, nem cabedal, ou credito, que perder, se encarregão de grossas partidas de fazendas, que tomaõ sobre credito sem regra, nem medida, para com ellas passarem pessoalmente ao dito Estado, de sorte, que quando nelle chegaõ a conhecer, que lhe não podem dar consumo por preços competentes aos que lhe custáraõ, internando-se pelos Sertoões, gravados com grandes sommas de fazendas alheias, não só arruinão a fé publica, mas tambem os interesses particulares dos Negociantes, que delles confiaõ as Mercadorias com que fogem; causando-lhes muito consideraveis perdas, de que se seguem quebras, e perturbações do Commercio daquelle Continente: E procurando em beneficio do mesmo Commercio obviar nelle hum abuso de tão perniciosas consequencias: Estabeleço, que em nenhuma das Frotas, que partirem depois do fim deste presente anno em diante para o Estado do Brasil, possaõ passar a elle Cômmissarios volantes, quaes sãõ os que, comprando fazendas, as vaõ vender pessoalmente para voltarem com o seu procedido: e isto debaixo da pena de irremissivel confiscação das mesmas fazendas, que será applicada ametade para a minha Real Camera, e a outra ametade para quem denunciar a transgressão desta minha Ley; incorrendo na mesma pena cumulativamente os Mestres, Officiaes, e Marinheiros dos Navios Mercantes, que per si, ou por outrem fizerem o referido Comércio, ou que sabendo quem o faz, o não denunciarem no termo de dez dias continuos, successivos, e contados daquelles em que chegarem aos pórtos da sua destinação as sobreditas Frotas, ou Navios, que partirem destacados. No caso, não esperado, em que com transgressão desta, e das minhas Leys, e Ordens precedentes succeda embarcarem-se as ditas fazendas nos Navios de Guerra: Sou servido, que os Officiaes delles, que fizerem, ou consentirem esta especie de Contrabando, além da confiscação acima referida, em que incorrerão, sendo as fazendas proprias, e de outro tanto quanto ellas vallerem, sendo alheias, fiquem pelo mesmo facto privados dos seus póstos, e inhabeis para  
mais

mais não occuparem outro algum no meu Real serviço. E sendo Marinheiros dos mesmos Navios de Guerra, serão condemnados a trabalharem por hum anno nas obras publicas da Cidade pela primeira vez, e reincidindo, se dobrará, e triplicará a pena á proporção dos lapsos, em que reincidirem. E para que, ainda que alguns dos sobreditos venhão de fóra do Reino, ou da Corte, não possaõ nunca allegar ignorancia, Mando, que este seja em todos os Annos affixádo pelo Provedor dos Armazens nos tempos, e lugares, em que se puzerem os Editaes para a sahida das Frotas: ordenando, que na chegada dellas ao Brasil, os Ministros, que presidirem nas Mesas de Inspeção visitem as Náos de Guerra com os seus Officiaes, assim como chegarem, e quando estiverem promptas para sahirem: E que achando nellas mercadorias de qualquer qualidade, que sejaõ, as autuem, confisquem, e fação beneficiar para se applicarem na sobredita fórma; procedendo a devassa de doze testemunhas sem determinado tempo contra os culpados, e remettendo os Autos della á minha Real presença pela parte, que Eu for servido ordenar-lhes. No caso, tambem não esperado, em que os referidos Ministros Inspectores achem qualquer opposição, que lhes encontre executarem as visitas, e diligencias acima ordenadas, autuando as pessoas, que se lhes oppozerem, me darão conta com os Autos, que formarem na maneira acima declarada. As denuncias dos referidos casos serão tomadas em segredo, com tanto que se verifiquem depois pela corporal apprehensão; nesta Corte perante o Juiz de India, e Mina; e no Estado do Brasil perante os sobreditos Ministros Inspectores dos respectivos Portos; os quaes todos farão entregar logo aos Denunciantes as meações, que lhes tocarem, sem maior dilação, ou nas mesmas Mercadorias confiscadas, ou em dinheiro, que dellas provenha por arrematação, consentindo as partes interessadas.

Pelo que mando ao Presidente da Mesa do Desembargo do Paço, Védores da Fazenda, Presidente do Conselho do Ultramar, Regedor da Casa da Supplicação, e Governadores da Relação, e Casa do Porto, e das Relações da Bahia, e Rio de Janeiro, Vice-Rey do Estado do Brasil, Governadores, e Capitaens Generaes, e quaesquer outros Governadores do mesmo Estado, e mais Ministros, Officiaes, e Pessoas delle, e deste Reino, que cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar este meu Alvará, como nelle se contém. O qual valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, e ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não ob-

363  
obstantes as Ordenações, que dispoem o contrario, e sem embargo de quaesquer outras Leys, ou Disposições, que se oppo-  
nhaõ ao contheudo neste, as quaes Hey tambem por derogadas  
para este effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor; e  
este se registará em todos os lugares onde se costumaõ registrar se-  
melhantes Leys, mandando-se o Original para a Torre do Tom-  
bo. Escrito em Belem a seis de Dezembro de mil setecentos cin-  
coenta e cinco.

## R E Y.

*Sebastião Fozé de Carvalho e Mello.*

**A** Lvará com força de Ley, por que Vossa Magestade he ser-  
vido prohibir, que passem ao Brasil Commissarios volan-  
tes, quaes são os que levaõ fazendas compradas para voltarem  
com o seu procedido, comprehendendo-se nesta prohibição os Offi-  
ciaes, e Marinheiros dos Navios de Guerra, e Mercantes, na  
fórma, que nelle se declara.

Para V. Magestade ver.

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no li-  
vro das Leys a fol. 86. Lisboa, 11 de Dezembro de 1755.

*Rodrigo Xavier Alvares de Moura.*

*Antonio Fozé Galvão. o fez.*

366

003  
R0539  
1755  
23

1-SIZE

70-610-19  
RS Wormer  
Sept 69